



O retorno da cicuta e a urgência de voltarmos à Ágora

Por JANAINA COELHO MUNIZ

O contexto histórico e político do julgamento de Sócrates

Pretende-se uma breve e necessária contextualização do momento histórico e político no qual Sócrates se encontrava inserido para, em seguida, destacar as semelhanças que envolvem o episódio de sua condenação à morte com as justificativas de criação de um projeto de lei que pretende controlar as práticas docentes, tramitando atualmente no parlamento brasileiro.

Para compreender a trajetória de vida de Sócrates e sua condenação à morte, faz-se necessário situar o homem Sócrates no período histórico em que viveu, e ainda, localizar Atenas neste período com todas as transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais que ali transcorreram. Segundo Rodolfo Mondolfo, a situação histórica de Atenas tem seu maior triunfo em 478 a.C com a vitória na guerra contra os persas, quando tal fato trouxe aos cidadãos atenienses uma “...profunda confiança em si mesmos e em seu regime democrático...”(MONDOLFO, 1967). Neste período houve um fortalecimento das leis e dos direitos de participação nas assembleias, quando o governo de Péricles imprimiu em Atenas um impulso de pleno desenvolvimento social, inspirando um sentimento de grandeza em todos os reconhecidos cidadãos. Vale destacar que para ser considerado cidadão ateniense, os chamados de eupátridas, era necessário ser filho de pais atenienses, nascer em Atenas, ser homem, ter mais de vinte anos e ser alfabetizado.

Atenas dominou a tecnologia naval o que repercutiu no domínio do comércio marítimo, combateu contra os chamados bárbaros, isto é, estrangeiros cuja língua materna não era grega, e se transformou num grande império. Porém, teve seu domínio enfraquecido devido às mortes causadas pelas guerras contra Esparta e Siracusa, somadas as insatisfações internas por parte dos hoplitas, e ainda uma redução do material bélico, provocando ruptura política entre os oligarcas e os democratas. Em 413 a.C os oligarcas derrotaram a democracia de Péricles e estabeleceram o Conselho dos Quatrocentos, sob pretexto de restaurar a economia que estava arruinada. Promessa que não foi cumprida e após pouco tempo, uma





movimentação popular tomou de volta o poder democrático em Atenas. Como consequência, esta nova democracia estabeleceu a condenação à morte como punição para quem fosse julgado culpado em assembleia, e logo condenaram alguns generais que comandaram a vitória de Atenas na Batalha das Arginusas por não terem retornado ao mar para recolherem os marinheiros que combateram por Atenas. Sócrates naquele momento exercia o cargo de epístata na Assembléia, uma espécie de supervisor das pautas discutidas, e se opôs em vão a esta condenação.

A derrota na Guerra do Peloponeso em 404 a.C , e o consequente enfraquecimento de Atenas favoreceu a retomada da oligarquia, desta vez o governo ateniense sob o regime dos Trinta Tiranos, liderados por Crítias, ordenou a Sócrates e mais três homens como encarregados da captura e morte de Leon de Salamina. Sócrates se negou a cumprir tal ordem, mas foi visto com desconfiança pelos partidários da democracia, visto sua ligação com Crítias, seu discípulo e tio de Platão. Após um ano, a democracia foi retomada em Atenas, quando Trasíbulo ajudado por Ânito, um dos acusadores de Sócrates, comandou a reação popular e dos exilados para expulsar os tiranos. A partir daí, um clima de desconfiança é instaurado em Atenas, pois há um interesse em afastar da cidade todos os que são contrários ao modelo democrático vigente na pólis, dentre os quais, Sócrates.

Ainda segundo Mondolfo, o século V a.C foi extremamente rico culturalmente para Atenas, a ponto de merecer o título de “Hélade de la Hélade” , pois a abertura promovida pela democracia permitiu a todos a participação na vida cultural ateniense. A educação dos cidadãos incluía o estímulo do gosto por obras de arte permitindo o acesso da população às apresentações teatrais de textos poéticos, dramáticos e cômicos. Destacam-se nesta época nomes como Sófocles, Ésquilo e Aristófanes, os quais se evidenciam por se referirem de forma crítica e reflexiva aos problemas humanos e sociais, que alimentavam as discussões nas assembleias. Além disso, foram construídos diversos monumentos público como o Partenon, erguido em homenagem a deusa Atena, tornando-se símbolo da cultura clássica grega.

Toda a abertura política de Atenas neste período proporcionou sua mudança econômica, visto que o comércio se expandiu e com ele o trânsito de estrangeiros na pólis. Diante disso,





chegaram os chamado educadores ou sofistas, como eram conhecidos, uma vez que as famílias abastadas desejavam imprimir aos seus herdeiros, uma educação mais condizente com a transformação dos valores naquele período. Daqueles que tinham trânsito livre em Atenas no domínio de Péricles, destacam-se Protágoras, Górgias, Hípias e Pródico, que cobravam seus ensinamentos prometendo transformar os jovens em hábeis oradores, educando-os para a vida política. Os sofistas eram professores remunerados e por isso, criticados por alguns por cobrarem para transmitir conhecimento, seus críticos, dentre eles Sócrates, diziam que o conhecimento vendido por eles era enganoso, pois visava ao convencimento e não ao encontro da verdade. Quanto a isto Sócrates se diferenciava dos sofistas, pois além de se ocupar com a busca da verdade a despeito de opiniões que agradassem ao senso comum, não cobrava para ter a companhia dos jovens, os quais lhe ouviam espontaneamente, embora pertencessem em sua maioria as famílias ricas.

Traçados os elementos históricos, nos quais Sócrates se encontrava inserido, pergunta-se por que um homem, cidadão ateniense que não participava ativamente da vida política, não cobrava para transmitir conhecimento, pois afirmava que não se dedicava a esta prática e, portanto não deveria oferecer riscos para a aristocracia ateniense, ainda assim foi condenado à morte por uma assembleia de quinhentos votantes? Talvez o incômodo causado por Sócrates em parte da sociedade ateniense, seja o maior testemunho de sua importância filosófica- política- pedagógica, que contribuiu para muitos ataques e muitas defesas em sua direção, uma vez que Sócrates angariou proporções equilibradas de admiradores e detratores, tendo em vista uma diferença de apenas sessenta votos em sua condenação.

Considerando que Platão é dentre as fontes, aquela que mais rica filosoficamente descreve Sócrates e, considerando que entre os diálogos da juventude, a *Apologia de Sócrates* é o diálogo que oferece a exposição mais abundante dos temas tratados pelo filósofo, além de ser um fato histórico relatado por outros discípulos, como Xenofonte. Faz-se necessário uma breve explanação acerca deste diálogo, uma vez que Platão não faz apenas um relato acerca dos acontecimentos que envolveram o julgamento e a condenação de Sócrates, assim como fez Xenofonte. Mais do que isso, o texto de Platão *Apologia de Sócrates* pode ser considerado um manifesto em defesa da filosofia. Pois, quando Sócrates se posiciona diante de seus





juulgadores, não é somente para defender a si, mas também para defender um modo de vida, no qual o cuidado de si consiste no cuidado da alma, pois a alma é a sede do conhecimento, dessa forma Sócrates ilustra sua própria vida, seu modo de conceber a virtude através do exame da alma. O Sócrates narrado por Platão não teme a fúria da multidão, uma vez que reproduz em público a mesma ação praticada em privado, ou seja, exortar ao reconhecimento da própria ignorância, neste caso todos devem realizar o exame de si e dos outros como condição básica para o alcance das virtudes. Além disso, desafia os atenienses a se manterem acordados, fazendo uma analogia do sono com a ignorância e do conhecimento com a vigília (Apologia 31a). Avisa que não aceitará negociar sua renúncia pela filosofia em troca de sua vida, pois mesmo que resolvam inocentá-lo para silenciá-lo, ele não aceitará. E ainda, analisa que a cidade perderá muito mais com sua morte do que ele mesmo, uma vez que estarão cometendo uma injustiça matando o homem que dedicou sua vida pela salvação da cidade, para se dedicar a todos, sem exigir nada por isso. Para ele sua pobreza não era motivo de vergonha, dado seu desapego por bens materiais. Negou participar da vida política em Atenas, porque agia individualmente, e nunca se dirigia a um grande público, justamente para não morrer ao se opor à democracia praticada em Atenas, que não agia de acordo com as próprias leis. Para os atenienses não participar da vida política era considerada uma falta grave, visto que demonstra desinteresse pelo bem de todos. Para Sócrates era exatamente o contrário, uma vez que para ele, o bem de todos só é alcançado pelo conhecimento que cada um tem de si. Sócrates percebe o conhecimento de si mesmo como a condição básica para o bem de todos.

Sócrates percebe a educação como a única saída para tornar os homens virtuosos, para ele virtude é conhecimento, o grande conflito do diálogo é justamente opor a missão filosófica de Sócrates ao modo de vida dos atenienses, pois além de estarem distantes de viverem de acordo com o que Sócrates diz e pratica, aborrecem-se quando percebem tal distancia. Os valores morais dos atenienses foram resultado da educação homérica, onde virtude é traduzida por honra, fama, glória, supremacia do guerreiro, ou seja, ser virtuoso para os atenienses educados por Homero era ser reconhecido por seus feitos e glórias em batalhas. Já para Sócrates, ser virtuoso é ter conhecimento, ser justo, ser bom, conhecer a si mesmo, isto é, não basta parecer aos outros, é preciso ser para si mesmo.





Segundo Diógenes Laercio, a acusação original, promovida pelo poeta Meleto, pelo comerciante rico e político influente, Ânito e Licão, um orador inexpressivo, tem como primeiro ponto a impiedade e depois a corrupção da juventude. Mas Platão inverte esta ordem, destacando como primeiro ponto a corrupção da juventude, em função disso, para defender-se desta acusação, Sócrates promove um contra-ataque a Meleto, desqualificando sua denuncia por este não explicar o que seria bom ou mau para os jovens e, portanto deixar claro que nunca se interessou por este assunto. O elenchos é o método escolhido para incitar o seu interlocutor a cair em contradição.

O Projeto Escola Sem Partido

Atualmente tramita pelas Câmaras Estaduais e Federais projetos de leis que pretendem alterar a lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB Lei Nº 9394/96. Tais projetos propõem a retirada de alguns conteúdos curriculares com argumentação de que corrompem a educação desenvolvida no núcleo familiar.

O Projeto Escola Sem Partido pretende controlar o que chama de “o abuso da liberdade de ensinar”. Com autoria de membros da sociedade civil e membros de partidos políticos conservadores, o projeto pretende controlar as práticas docentes, pois afirma que o professor, aproveita-se “da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.” Afirmam que professores são doutrinadores que reproduzem ideias politico-partidárias e incitam os alunos a participarem de manifestações e passeatas, portanto estão corrompendo a organização social por contribuírem com a propagação de ações que vão contra a ordem do Sistema. Tal projeto vem sendo alvo de muitas discussões na sociedade, tanto na esfera pública quanto na privada, uma vez que recebe apoio da ala mais conservadora da sociedade, a qual não possui boa aceitação para a pluralidade promovida pelo diálogo desenvolvido através dos conteúdos pedagógicos nos espaços escolares.

Um dos mais obstinados pela aprovação do Projeto Escola Sem Partido é o Senador Magno Malta, pastor evangélico e implacável crítico aos conteúdos escolares que abordam questões de gênero e cultura/história da África, considerando-os como doutrinação sexual e



religiosa. Sob a suposta ideia de neutralidade do conhecimento, o senador defende que tais conteúdos não devem ser discutidos nas escolas, cabendo às famílias transmitirem aos seus filhos os valores morais e religiosos dos quais partilham. Além de Magno Malta, outros membros da ala conservadora da sociedade apontam a sala de aula como espaço de doutrinação.

Fundamentação teórica

O diálogo *Apologia de Sócrates* aborda de forma ampla todas as etapas que envolveram o julgamento e a condenação de Sócrates. Entendo que as acusações inferidas a Sócrates em muito se assemelham com o texto da proposta do anteprojeto Escola Sem Partido, uma vez que pretendem silenciar qualquer discussão que proporcione o desenvolvimento do pensamento crítico. Pretendo, através da argumentação de defesa utilizada por Sócrates, apontar as equivalências e objetivos em comum que permeiam os ataques sofridos pelos professores desde seu tempo, assim como, analisar os interesses conservadores, camuflados por aparente pluralismo que permeiam o anteprojeto de lei PL 193/2016.

Este texto está em processo de construção, portanto outras obras serão consultadas e pesquisadas até sua finalização.





Referências

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em <http://www.programaescolasempartido.org/>
Acesso em: março de 2017.

LAËRTIOS, Diôgenes. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução de Mário da Gama Kury. 2ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MONDOLFO, Rodolfo. **Sócrates**. Tradução de Lycurgo G. da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1967.

MOSSÉ, Claude. **O Processo de Sócrates**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1990.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Coleção Os Pensadores. Sócrates – Vida e Obra. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

PLATÃO. **Eutífron**. Edição bilíngue. Tradução de Maria Luíza Carvalho. Brasília: Thesaurus, 2002.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/> . Acesso em março de 2017.

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 193 de 2016. Autor: Senador Magno Malta. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, "Programa Escola sem Partido". Disponível em: www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666. Acesso em: março de 2017.

STONE, I.F. **O Julgamento de Sócrates**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.